RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

Flávio Dino abre inquérito sobre ataques a imagens religiosas sem provocação de órgãos federais

Ministro do STF determina investigação sobre vandalismo contra símbolos católicos e de Umbanda em todo o Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, decidiu nesta quarta-feira (30) pela **instauração de uma investigação federal** acerca de ataques contra imagens religiosas ocorridos em várias regiões do Brasil. De acordo com o magistrado, esses episódios se repetem há pelo menos seis meses, iniciados em março, e atingem múltiplas denominações religiosas, abrangendo **representações sagradas do catolicismo e divindades do culto umbandista**.

A determinação, porém, provocou **controvérsias** entre observadores políticos. "Ele toma a iniciativa de abrir a investigação sem ser solicitado pela Polícia Federal ou pela Procuradoria-Geral da República", explicou o comentarista político **Matheus Teixeira** durante o programa **Hora H** da quarta-feira (30).

Na decisão, Dino faz referência a diversos relatos de vandalismo, destruição de imagens de santos, e apresenta evidências de motivação religiosa preconceituosa, incluindo **práticas violentas contra manifestações de fé**, intimidação, apropriação indébita, danificação de patrimônio, incêndio criminoso e invasão de propriedades privadas.



Dino escala embate com Mendonça ao anular decisão sobre Nossa Senhora



Dino usurpa competência do TSE para liberar mentira, diz campanha de Flávio



Rogério Marinho diz que Dino atropela Justiça Eleitoral para favorecer Lula

O despacho foi encaminhado tanto à Procuradoria-Geral da República quanto à Polícia Federal, contendo **solicitação para que seja formalizado um inquérito investigativo**. O ministro justificou que a atuação policial federal é imprescindível considerando a **extensão dos ataques em múltiplos estados** e a exigência de uma resposta coordenada em todo o território nacional.

Conforme relatou Teixeira, Dino mencionou que tomou conhecimento dos acontecimentos por intermédio de noticiários encaminhados pelo decano **Gilmar Mendes** e de informações circulantes nas redes digitais.

Momento político controverso da decisão

O anúncio da medida ocorreu simultaneamente ao julgamento que o Tribunal Superior Eleitoral realizava, em sessão virtual, sobre casos de disseminação de informações falsas a respeito de Nossa Senhora Aparecida.

"O contexto e a ocasião da decisão é que geraram questionamentos nos círculos internos, já que ele **enfrentou críticas anteriormente** pela sua forma de reverter decisões do TSE", comentou Teixeira.

O especialista esclareceu que em situações de inconformismo com resoluções da corte eleitoral, os operadores do direito costumam interpor **recursos extraordinários perante o STF**, que avalia se existe conexão com outro procedimento em andamento. Na ausência dessa conexão, o pleito é submetido a sorteio aleatório. "Contudo, isso não é precisamente o que sucedeu", ressaltou.

Teixeira evidenciou que a equipe jurídica do humorista Antônio Tabet protocolou uma **moção complementar inserida em uma reclamação já sob análise**, a qual envolvia alegações de desinformação relacionada a Deltan Dallagnol, e Dino aproveitou essa demanda para **derrotar uma decisão anterior do TSE**.

Posteriormente, Luiz Fux seguiu estratégia equivalente: os advogados do senador Flávio Bolsonaro (PL) formularam um apelo dentro de uma causa sobre a lei de internet, permitindo que Fux revogasse a orientação que Dino havia estabelecido.

"Torna-se até complicado para nós descrevermos esse movimento pendular de forma clara, porque um ministro está anulando a decisão do outro, **procurando exercer uma influência mais significativa que a de seu par**", concluiu Teixeira.